



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



192

HABEAS CORPUS Nº 0198865-2

COMARCA: Jaboatão dos Guararapes – Vara Privativa do
Tribunal do Júri
IMPETRANTE: Jair José de Santana
PACIENTE: Roberta Kelly dos Santos Carmo
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FORMAÇÃO DE QUADRILHA EM CONEXÃO COM CRIME DE HOMICÍDIO. CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. RETARDO NO ANDAMENTO PROCESSUAL ATRIBUÍDO À DEFESA. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS Nº 52 E 64 DO STJ. SUPERADA ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS PELAS PARTES.

- 5h 82
1. Os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.
 2. O processo encontra-se no aguardo da apresentação das Alegações Finais pelas partes, estando a Instrução Criminal encerrada, não podendo se falar em constrangimento ilegal.
 3. Não existe falta de fundamentação para a custódia cautelar, uma vez que os autos revelam elementos suficientes para embasar a prisão provisória, nos termos do art. 312, do CPP.
 4. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0198865-2 no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 06 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



193

HABEAS CORPUS Nº 0198865-2

COMARCA: Jaboatão dos Guararapes – Vara Privativa do
Tribunal do Júri
IMPETRANTE: Jair José de Santana
PACIENTE: Roberta Kelly dos Santos Carmo
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ROBERTA KELLY DOS SANTOS CARMO**, qualificada às fls. 02, apontando como autoridade coatora o **JUÍZO DA 1ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE**, nos autos da Ação Penal nº 222.2008.007660-0, a que responde a Paciente juntamente com mais 16 (dezesseis) **Corréus**, como incurso nas penas do Art. 288, parágrafo único, do Código Penal (Formação de quadrilha qualificada).

Sustenta o impetrante que a denunciada está presa desde 20/08/2008, há aproximadamente 01 (um) ano e 03 (três) meses, sem que tenha sido concluída a Instrução Criminal. Assevera que houve abuso de poder por parte da Autoridade dita Coatora, que afronta, de forma abusiva, a norma legal em desrespeito a Justiça. Afirmar, ainda, que a prisão preventiva é um ato excepcional e que a manutenção da prisão preventiva da paciente, caracteriza constrangimento ilegal, ferindo todos os princípios de lei. Para tanto, pugna pela concessão da ordem e a expedição do competente Alvará de Soltura (fls.02/06).

Anexos aos autos vieram os documentos de fls. 07/09.

Ressalta-se que não foi colacionada aos autos cópia da Denúncia, nem pelo Impetrante, nem pela Autoridade Coatora.

Em continuidade, indeferi o pedido de liminar (fls. 17/18) e oficieei o M.M. Juízo singular para prestar informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fls.19).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



194

Em 29/10/2009, através de ofício nº 2009.0696.004587 (fls. 22/25) foram prestadas informações atualizadas pela autoridade coatora, colacionando os documentos de fls. 26/45.

Nesta Instância, a douta Procuradora de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna pugnou pela **denegação** da ordem do presente *mandamus* (fls. 49/50).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Cuida-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado em face do constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, ante ao excesso de prazo na conclusão da instrução criminal e a desfundamentação da manutenção do decreto prisional.

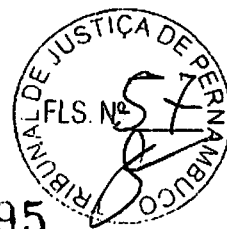
Em síntese, sustenta o impetrante que a paciente se encontra denunciada por **formação de quadrilha**, existindo em seu favor, Parecer favorável proferido pelo Promotor de Justiça, desde 17/07/2009, sem que, até o momento, a autoridade coatora tenha se pronunciado a respeito do pedido de Liberdade Provisória, alegando complexidade da causa. Informa que a paciente está segregada cautelarmente desde 20/08/2008, tendo sido ultrapassado todos os prazos processuais sem que fosse concluída a Instrução Criminal.

Assevera que houve abuso de poder por parte da Autoridade dita Coatora, afrontando, de forma abusiva, a norma legal em desrespeito a Justiça. Afirma, ainda, que a prisão preventiva é um ato excepcional e a manutenção da prisão preventiva da paciente, caracteriza constrangimento ilegal, ferindo todos os princípios de lei.

A Juíza monocrática, em suas informações, reproduz termos da Denúncia, informando que a paciente foi denunciada juntamente com mais 16 (dezesseis) pessoas, nos autos do processo criminal nº 222.2008.007660-0, sendo-lhe atribuída pelo Ministério Público conduta típica contida no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal Brasileiro, com as considerações do art. 8º da Lei nº 8.072/90 c/c a Lei nº 11.464/2007, em conexão com o crime



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



195

de homicídio que vitimou **JOÃO HOLANDA CAVALCANTI FILHO**, fato ocorrido em 13/04/2008, em Jaboatão dos Guararapes.

Informa, ainda, que o processo é considerado complexo, em decorrência da pluralidade de réus e de testemunhas que foram arroladas por ambas as partes, além do feito, na ocasião, totalizar **19 (dezenove) volumes (13 volumes principais e 06 volumes correspondentes às interceptações telefônicas)**. Salaria a Magistrada, a título elucidativo, que há mais de 300 (trezentos) discos de mídia (CD/DVD) que guardam conversas telefônicas de todos os denunciados, os quais foram analisados cuidadosamente. Ademais, científica que a Decisão daquele Juízo, no que tange ao pedido de Liberdade Provisória, fora proferida desde 02/10/2009.

Ressalta, também, que o impetrante reclama de excesso de prazo para a conclusão da instrução processual, todavia, informa que no caso concreto presente, incide a Súmula nº52 do STJ, vez que após o retorno dos autos do Mutirão Carcerário, será aberto o prazo legal para apresentação das Alegações Finais pelas partes.

Por fim, relata que a própria Defesa deu causa ao retardamento do feito, visto que o próprio impetrante, na Defesa da Paciente, requereu "*a degravação na íntegra, de toda conversação que envolve a Roberta Kelly Santos do Carmo com outros denunciados*".

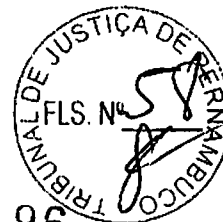
Diante das informações do Togado Monocrático, em consulta ao *sítio* eletrônico do Tribunal de Justiça de Pernambuco, constato que no dia 02/10/2009 foram abertos os prazos legais para a apresentação das Alegações Finais pelas partes, sendo determinado, de logo, que após a juntada dos memoriais finais, seja concluso o feito para a prolação da Sentença, conforme extrato que faço juntar em 12 (doze) laudas. Desta forma, percebe-se que a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa da Paciente, resta superada, vez que, encerrada a Instrução Criminal, não há mais que se falar em excesso de prazo. Conforme se compila da Súmula nº52 do STJ "*Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo*".

Nesse mesmo sentido, trago à colação dos autos, entendimentos jurisprudenciais:

STJ: "Inexistência de excesso de prazo na formação as culpa. Processo em fase de alegações finais" (RT 665/338).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



196

TJMS: "Se a ação penal se acha na fase de alegações derradeiras, estando, pois, encerrado o sumário da culpa, incorre coação ilegal por excesso de prazo" (RT 571/394).

TACRSP: "Ultrapassada a instrução criminal e situando-se o processo, na fase de alegações finais, não há que se invocar o excesso de prazo como fator de constrangimento ilegal" (JTACRESP 72/60).

Nos mesmos termos, compila-se da jurisprudência pátria:

PROCESSO PENAL. CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PLURALIDADE DE RÉUS. FEITO COMPLEXO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO ENCERRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

O lapso temporal para conclusão do processo criminal submete-se ao princípio da razoabilidade, não constituindo uma simples soma dos prazos processuais. O prazo para a conclusão da instrução criminal não é absoluto, fatal e improrrogável, e pode ser dilatado diante das peculiaridades do caso concreto.

Ao término da instrução processual, fica superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Aplicação da Súmula 52.

ORDEM DENEGADA, recomendando-se celeridade ao juízo processante na prolação da sentença. (HC 34.137/DF, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 25/05/2004, DJ 21/06/2004 p. 261)

Como já exposto, a Juíza de 1º grau apresenta situações provocadas pela Defesa que ensejaram o retardamento da Instrução Criminal, além da complexidade do feito e da pluralidade dos réus, sendo forçoso concluir que a própria Defesa procrastinou o andamento regular do processo, não podendo alegar o retardo em seu favor. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça pacificou seu entendimento através da edição da Súmula nº 64, *in verbis*: "NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



197

Como se sabe, os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

Em relação ao Parecer proferido pelo Ministério Público de 1º grau, opinando favoravelmente à concessão da Liberdade Provisória da Paciente, ante a falta de fundamentação para a manutenção da sua prisão cautelar, infere-se da Decisão de fls. 35/45, que a Juíza Singular pormenorizou, exaustivamente, nos termos do art. 312, do CPP, motivação suficiente para a segregação cautelar da acusada, ora Paciente, ROBERTA KELLY DOS SANTOS CARMO, e dos demais denunciados.

Repita-se que no Processo originário (nº 222.2008.007660-0) o crime principal é o de homicídio, em conexão com a conduta típica do art. 288, parágrafo único, do CP (quadrilha ou bando qualificado, ou seja, quadrilha armada).

Por todo o exposto, e em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

É como voto.

Recife/PE, 06 de 01 de 2010


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator